



Editorial

Douglas Ferreira BARROS¹

 0000-0002-7030-1031

Glauco BARSALINI¹

 0000-0001-6217-8224

A temática deste número da Reflexão, “Espaço público, religião e política”, ocupa lugar importante nas Ciências da Religião, na Teologia e, também, nos diversos ramos das Ciências Humanas e Sociais que se dedicam ao estudo da religião.

Sobre esse tema, são vários e múltiplos os objetos de que os estudiosos, no geral, têm se ocupado, dentre eles a secularização e a religião; a globalização e a religião; o pluralismo religioso; o ecumenismo; os direitos humanos e a religião; religião e gênero no espaço público; religião e cidade; meio ambiente e religião; Igrejas e política; entre outros assuntos.

No mundo em que se vive não é mais possível compreender o religioso, na sua amplitude, sem que se leve em consideração o espaço público enquanto lugar privilegiado do exercício da religião e da política. Quando muitos consideravam que a privatização da religião havia se hegemonizado enquanto ethos ocidental contemporâneo, vê-se o ressurgimento da vida religiosa caracteristicamente coletiva, instrumentalizada por discursos políticos de tipo fundamentalista moldados pela lógica do consumo e pela conduta punitiva e autopunitiva daqueles que aderem a esses discursos.

Nesse cenário complexo, distintas concepções de mundo digladiam-se mutuamente buscando prevalecer uma sobre a outra. Nas diferentes pontas destacam-se: a aposta em certa laicidade excludente da fé; a defesa do pluralismo religioso erradicado no multiculturalismo; a ideia da universalidade de Deus e, a partir dela, de um lado, a legitimação do livre exercício da religiosidade ou, de outro, a convicção sobre a totalidade unitária de Deus.

Cada uma dessas interpretações gera desdobramentos políticos de enorme importância, que têm reverberado em todos os campos da vida social: desde a educação até a saúde, da economia ao desenvolvimento científico e tecnológico, da ocupação de territórios, das nacionalidades e dos nacionalismos, dos comportamentos culturais e sexuais, entre outros aspectos.

Compreender problemática de tamanha envergadura não é tarefa simples. Nesse sentido, a contribuição de especialistas de diferentes áreas, inscritos em perspectivas teóricas diversas é, pois, mais que bem-vinda. O presente número conta com artigos de teólogos, cientistas da

¹ Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião. R. Professor Doutor Euryclides de Jesus Zerbini, 1516, Parque Rural Fazenda Santa Cândida, 13087-571, Campinas, SP, Brasil. Correspondência para/Correspondence to: D.F. BARROS. E-mail: <douglasfbarros@gmail.com>.

religião, filósofos, psicólogos e cientistas sociais, brasileiros e estrangeiros, a maioria deles concentrada no Dossiê. Estão contempladas, também, as seções: Temática Livre e Resenha.

O Dossiê inicia-se com três artigos associados à teoria de Giorgio Agamben. Pensador hodierno, Agamben toma como ponto de partida a Teologia Política para diagnosticar a profunda relação existente entre a religião e a política contemporâneas. Sua teoria, no entanto, transborda a Teologia Política, e apresenta-se como potente chave interpretativa de nossa realidade, instigando novas concepções sobre as formas de viver no/o mundo.

Colby Dickinson, docente do Departamento de Teologia da *Loyola University Chicago*, inaugura esse primeiro conjunto de textos explorando os caminhos metodológicos traçados por Giorgio Agamben e Michel Foucault, a saber, a “arqueologia”, pela qual se leva “a sério a complexidade das fontes e tradições, bem como os meios de transmissão que chegaram até nós”, entendendo a “arché” como uma força operativa na história que permite ao sujeito o retorno a si mesmo, de modo a se superarem narrativas sacralizadas, instrumentalizadas, que impedem a liberdade do pensamento e, com isso, a liberdade política dos humanos. Esse artigo foi traduzido por Hélerson Silva, e contou com a revisão técnica de Glauco Barsalini, ambos docentes da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Kimberly Matheson Berkey, doutoranda do mesmo Departamento da *Loyola University Chicago*, contextualiza a teoria agambeniana na sua relação com a secularização, explorando o método arqueológico, e propõe que, ao desviar a “atenção dos binários religioso/secular para uma terceira opção representada pelo messiânico, Agamben revisa narrativas tradicionais sobre o declínio da metafísica”, favorecendo aproximações “com relatos pós-coloniais da modernidade”. Nesse artigo, observa-se que a discussão acerca da teologia política agambeniana se conecta em debate com os temas contemporâneos da colonialidade e da decolonialidade.

Fechando os “debates agambenianos”, Giovanni Felipe Catenaci, doutorando do Programa de Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo, perscruta o conceito de potência do pensamento, em Giorgio Agamben, chave para a compreensão de uma ética da inoperosidade, forma de política que escapa do esquema de opressão gerado pela conexão entre religião e política. Para tanto, toma por referência Estamira, protagonista do documentário de José Padilha e Marcos Prado, de 2006, diagnosticada clinicamente como esquizofrênica, e estabelece relações entre Gilles Deleuze e Félix Guattari, a partir de suas reflexões sobre a loucura, e Giorgio Agamben, no que concerne à sua visão acerca do pensamento e da profanação.

O texto que se segue é de Rodrigo Karmy, professor e pesquisador do *Centro de Estudios Árabes de la Facultad de Filosofía y Humanidades de la Universidad de Chile*. Trata-se de investigação acerca do significado político da “intifada” palestina, ocorrida em 1987. Karmy defende que no movimento de resistência popular se articulam o mito e a história para estabelecer uma nova topologia do “imaginal”. Baseado nas noções de violência divina, bejaminiana, e de mito, de Furio Jesi, o autor pretende mostrar como a intifada assume caráter cosmopolita, “capaz de destruir as formas identitárias da política moderna”. Como resistência ou potência cosmopolita, a intifada põe em jogo a ideia da Palestina como um comum do qual nem os cananeus, nem os ingleses, nem os gregos podem se apossar por completo.

Em sintonia com o debate sobre os reflexos na vida pública da participação política de religiosos, o artigo de Hélerson Silva, doutor em Ciência Política pela Universidade de Salamanca e docente da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, analisa a fragmentação

do campo religioso na América Latina. A dispersão não significa para o autor, entretanto, a diminuição da importância da religião, mas, o encolhimento numérico de fiéis católicos e o expressivo e repentino aumento do protestantismo de tipo “popular”. A pesquisa engloba dados censitários de 18 países e procura mostrar como o avanço desse protestantismo tem se refletido na participação religiosa em contextos públicos e na implementação de políticas públicas, inspiradas na religiosidade e na moral privadas.

Na sequência, e ainda no debate sobre religião e espaço público, José Rodorval Ramalho, professor associado do Programa de pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Federal de Sergipe, investiga, a partir da Encíclica “*Caritas in Veritate*”, do Papa Bento XVI, documento inscrito no âmbito da Doutrina Social da Igreja Católica, os esforços por ela empreendidos no sentido de conectar-se com a política, a economia, as questões ambientais, éticas e jurídicas atinentes às sociedades contemporâneas. Busca, a partir do discurso de autoridade – racional e dialógico –, influenciar as decisões que a humanidade vem tomando para si e para o planeta.

Caminhando para a última parte do dossiê, voltada para a discussão de sua temática no contexto brasileiro, apresentam-se os artigos de Claudio de Oliveira Ribeiro e Emerson José Sena Silveira.

Claudio de Oliveira Ribeiro, atual coordenador para mestrados profissionais da área “Ciências da Religião e Teologia” do Conselho de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e pós-doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, centraliza o debate sobre o espaço público, a religião e a política no Brasil, concentrando-se na discussão sobre “a lógica do *Império* e a noção de globalização contra-hegemônica”, atento à “presença pública das religiões nas questões sociais que reforcem os direitos humanos e a democracia”. Com vistas sobre o ecumenismo “proveniente da fronteira entre o respeito à pluralidade religiosa e a crítica ao poder imperial”, Ribeiro esclarece as diferenças entre o “diálogo inter-religioso” e “diálogo inter-fés”, expressão essa desenvolvida pela teóloga oriental Kwok Pui-Lan que, em relação à primeira, de acordo com o autor, “possui maior densidade, pois aponta para maior dinamismo, espontaneidade e liberdade nas relações entre expressões religiosas distintas”, incluindo, em premissas não essencialistas, “outras experiências e alteridades “não oficiais” ou mais espontâneas”.

Emerson José Sena Silveira, docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião da Universidade Federal de Juiz de Fora, interpreta o atual discurso religioso de caráter conservador no Brasil, a partir de análise de vídeos postados no *YouTube* pelo Padre Paulo Ricardo. A abordagem de Silveira leva em consideração, nas suas palavras, “que o conjunto narrativo das falas sacerdotais fornece um excelente horizonte hermenêutico para se pensar o conservadorismo-reacionário redivivo que, de suas históricas e antigas raízes no catolicismo, reemerge e ganha a esfera pública, via redes sociais e atuação política, agora embebido em uma retórica de enfrentamento, conflito e combate ao “mal”, a “imoralidade”, ao “pecado” que estão imiscuídos no corpo da sociedade brasileira”. O pesquisador identifica uma ambiguidade nessa narrativa: se, por uma parte, põe-se no combate frontal às formas não tradicionais de família e o comunismo, por outra, “assume um aspecto de rebeldia romântico-conservadora”.

Na Temática Livre, o leitor encontrará o artigo intitulado “A Bíblia de Lourenço: uma bíblia laica”, escrito por Anderson de Oliveira Lima, pós-doutor em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. O pesquisador analisa a tradução da bíblia feita

pelo professor português Fredrico Lourenço, recentemente publicada no Brasil pela Editora Companhia das Letras. Conforme Lima ressalta, “o interesse por essa nova versão é que ela é vista como uma Bíblia laica, mais apropriada para quem quer ler a Bíblia como literatura e não como texto sagrado, uma rara Bíblia secular que não está tão fortemente marcada por uma mediação religiosa”. Após leitura pormenorizada, pela qual comenta particularidades da tradução de Lourenço, o autor do artigo elenca os elementos que considera serem positivos na referida tradução, e, também, aqueles que reputa como negativos.

Carlos Campêlo, mestre em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, apresenta-nos, em resenha, o livro organizado pelos professores Álvaro L.M. Valls e Gabriel Ferreira “*Kierkegaard Compêndio*” (São Paulo: LiberArs, 2015, v.1). A obra se compõe de artigos de especialistas, brasileiros e estrangeiros, na obra do filósofo, reunidos em São Leopoldo, na Universidade do Vale dos Sinos, entre 27 e 29 de maio de 2013. Encontram-se entre os temas estudados a figura de Sócrates, aquela personagem das obras de Platão, que para Kierkegaard se constituía num enigma a ser decifrado em inúmeras dimensões e com o qual o próprio filósofo se identificara. Também figura entre os assuntos a discussão acerca do homem como sujeito não unívoco e clarividente a si mesmo, assim como o tema da subjetividade pelo qual Kierkegaard se coloca em diálogo com Hegel. São examinadas obras do filósofo, desde escritos de juventude, como “O conceito de ironia” (1841), assim como pseudônimos do filósofo, como Johannes Climacus. Por meio de rigorosas interpretações o leitor poderá entrar em contato, ainda que breve, com a filosofia de Kierkegaard, que se apresenta grandiosa ao aprofundar as dúvidas e os paradoxos.

Boa leitura!

Como citar este artigo/*How to cite this article*

BARROS, D.F.; BARSALINI, G. Editorial. *Reflexão*, v.43, n.2, p.169-172, 2018. <https://dx.doi.org/10.24220/2447-6803v43n2a4450>